

O PROPÓSITO DA BÍBLIA

- O que significa dizer que a Bíblia é essencialmente um livro de salvação?
- Como podemos entender Jesus Cristo no Antigo e Novo Testamento?
- De que forma a Escritura extrai de nós uma resposta de fé?

A escolha de um livro e o modo como o lemos são determinados em grande parte pelo propósito do autor em escrevê-lo. Trata-se de um livro de ciências ou de história concebido para informar ou um romance destinado a entreter? É uma obra séria de prosa ou poesia pela qual o autor reflete sobre a vida e estimula o leitor a pensar também? Ele fala de algum modo significativo para o mundo contemporâneo? Ou se trata talvez de uma obra controversa na qual o autor se dispõe deliberadamente a defender seu ponto de vista? E não é só isso: o autor está qualificado a escrever sobre o assunto? Questionamentos desse tipo nos vêm com frequência à mente quando nos perguntamos: “Vale a pena ler este livro?”.

A maior parte dos livros fornece aos leitores potenciais a informação que desejam sobre quem os escreveu e por quê. Quando não é o

autor que nos conta francamente no prefácio a respeito de si mesmo e do assunto do texto, o editor nos relata na contracapa. A maioria dos leitores passa algum tempo analisando essas informações antes de comprar, emprestar ou ler o livro.

É lamentável que os leitores da Bíblia nem sempre se disponham a fazer essas mesmas perguntas. Muitos parecem apenas apanhá-la e lê-la a esmo. Alguns começam pelo Gênesis e empacam em Levítico. Outros talvez perseverem obstinadamente por um senso de dever, talvez até mesmo estabelecendo (e cumprindo) a meta de ler a Bíblia capítulo após capítulo em cinco anos, mas sem obter muito benefício de seu estudo, porque lhes falta a compreensão do propósito geral do livro. De fato, muitos desistem totalmente da idéia de ler a Bíblia, ou nem chegam a começar, porque não conseguem entender como a história de um povo distante numa terra distante pode ter relevância para a atualidade.

Assim, como podemos dizer que a Bíblia — que não é um livro, mas uma biblioteca de 66 livros — tem um “propósito”? Ela não foi compilada por autores diferentes em ocasiões diferentes com objetivos diferentes? Sim e não. Há de fato uma grande variedade de autores e temas humanos. Mesmo assim, os cristãos crêem que haja um único e divino Autor com um único tema unificador.

A própria Bíblia declara qual é seu tema, dito diversas vezes em várias passagens, mas talvez nunca tão sucintamente quanto pelo apóstolo Paulo falando a Timóteo:

... desde a infância, sabes as sagradas letras, que podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.

Aqui o apóstolo reúne tanto a origem quanto o tema da Escritura: de onde ela vem e para onde se dirige. Sua origem: “Inspirada por Deus”. Seu tema: “Útil” a todos os seres humanos. Na verdade ela nos é útil *porque* tem sopro de Deus — é inspirada por Deus. Num capítulo posterior, falarei sobre o tema da inspiração bíblica; neste capítulo, investigo a natureza da utilidade da Bíblia. Para esse fim, escolhi três palavras que Paulo usa — “salvação”, “Cristo” e “fé”.

UM LIVRO DE SALVAÇÃO

Talvez nenhuma outra palavra bíblica tenha sofrido tanto a partir do mau uso e da compreensão equivocada do que é “salvação”. Alguns de nós, cristãos, somos culpados pela caricatura que se tem apresentado dela ao mundo. Conseqüentemente, a palavra “salvação” tem sido para muitos fonte de vergonha ou até mesmo alvo de ridículo. Devemos resgatá-la desse conceito tacanho com o qual a palavra tem sido com freqüência degradada. Pois “salvação” é uma palavra grande e nobre, como vou demonstrar a seguir. Salvação é liberdade. Sim, e também renovação; em última instância, a renovação do universo inteiro.

Ora, o propósito supremo da Bíblia, Paulo escreve a Timóteo, é instruir seus leitores “para a salvação”. Isso indica diretamente que a Escritura tem um propósito prático, e que esse propósito é moral, e não intelectual. Ou, ainda, que a instrução intelectual que ela provê (sua “sabedoria”, como indica a palavra grega) visa a uma experiência moral chamada “salvação”.

A fim de assimilarmos mais a fundo esse propósito positivo da Bíblia, pode ser útil contrastá-lo com alguns dos propósitos que ela não tem.

Em primeiro lugar, o propósito da Bíblia não é científico. Isso não significa que o ensino da Escritura e o da ciência estejam de alguma forma em conflito um com o outro, pois ao mantermos cada um em sua

própria esfera e discernirmos o que cada um está afirmando, eles não estão em conflito. De fato, se o Deus da verdade é autor de ambas, não poderiam estar. Também não quer dizer que as duas esferas nunca se sobreponham e que nada que a Bíblia diga tenha qualquer relevância científica, pois a Bíblia contém proposições que podem ser (e em muitos casos têm sido) comprovadas cientificamente. Por exemplo, nela está registrada uma série de fatos históricos, como Nabucodonosor, rei de Babilônia, ter cercado, ocupado e quase destruído Jerusalém e Jesus de Nazaré ter nascido quando Augusto era o imperador de Roma. O que estou afirmando é que, embora possa conter dados científicos, o propósito da Bíblia não é científico.

A ciência (pelo menos a ciência natural) é um corpo de conhecimento laboriosamente adquirido pela observação, experimentação e indução. O propósito de Deus na Escritura, entretanto, foi revelar verdades que não podem ser descobertas por esse método (chamado pelos cientistas de “método empírico”), coisas que teriam permanecido desconhecidas e encobertas se ele não as tivesse revelado. Por exemplo, a ciência pode ser capaz de dizer alguma coisa sobre nossa origem material (embora até mesmo essa permaneça uma questão aberta); apenas a Bíblia revela nossa natureza, tanto nossa nobreza única na qualidade de criaturas feitas à imagem do Criador quanto nosso estado de degradação como pecadores egoístas revoltados contra nosso Criador.

Em segundo lugar, o propósito da Bíblia não é literário. Há alguns anos foi publicado um livro intitulado *The Bible designed to be read as literature*. É uma edição primorosa. A disposição tradicional em versículos foi abandonada, e a diagramação indicava claramente o que era poesia e o que era prosa. Tudo isso auxilia. Além disso, ninguém, quaisquer que sejam suas crenças ou descrenças, pode negar que a Bíblia contém de fato literatura admirável. Ela fala sobre os grandes temas

da vida e do destino humanos e os trata com simplicidade, discernimento e imaginação. Sua tradução do original foi tão boa que em alguns países, como Inglaterra e Alemanha, a Bíblia tornou-se parte da herança literária nacional. No entanto, Deus não planejou a Bíblia como literatura grandiosa. Ela contém fraquezas estilísticas gritantes. O Novo Testamento foi em grande parte escrito em grego *koiné*, a linguagem cotidiana do mercado e do trabalho, e muito dele carece de refinamento literário, até mesmo exatidão gramatical. O propósito da Bíblia está em sua mensagem, não em seu estilo.

Em terceiro lugar, o propósito da Bíblia não é filosófico. É evidente que a Escritura contém sabedoria profunda — na verdade, a sabedoria de Deus. Todavia, alguns dos grandes temas que os filósofos têm enfrentado não recebem um tratamento exaustivo na Escritura. Vejamos, por exemplo, o grande problema do sofrimento e do mal. Como fenômenos da experiência humana, são figuras proeminentes na Bíblia. Em quase todas as páginas homens e mulheres pecam, homens e mulheres sofrem. Alguma luz é lançada — de forma suprema na cruz — sobre ambas as questões. Mas nenhuma explicação definitiva é oferecida para qualquer um dos dois, tampouco os caminhos de Deus são justificados em relação a eles, em termos aceitáveis pela filosofia humana. Até mesmo no Livro de Jó, que se concentra no problema do sofrimento, Jó por fim humilha-se diante de Deus sem chegar à compreensão da providência divina. Creio que o motivo é o fato de a Bíblia ser simplesmente um livro mais prático do que teórico. Está mais interessada em nos dizer como suportar o sofrimento e vencer o mal do que em filosofar sobre sua origem e propósito.

A Bíblia não é, portanto, basicamente um livro de ciência, nem de literatura, nem de filosofia, mas de salvação.

Com isso, devemos atribuir à palavra “salvação” o sentido mais amplo possível. A salvação é muito mais do que meramente o perdão

dos pecados. Ela inclui o amplo alcance do propósito de Deus de redimir e recuperar a humanidade e, de fato, toda a criação. O que sustentamos a respeito da Bíblia é que ela revela o plano integral de Deus.

Ela começa com a criação, para que possamos saber sobre a semelhança divina em que fomos feitos, as obrigações que repudiamos e as alturas de que caímos. Não somos capazes de entender nem aquilo que somos no pecado nem aquilo que pela graça podemos chegar a ser até que saibamos o que fomos pela criação.

A Bíblia prossegue apresentando-nos a forma como o pecado entrou no mundo e a morte como resultado do pecado. Enfatiza a gravidade do pecado, como revolta contra a autoridade de Deus, nosso Criador e Senhor, e a justiça do julgamento divino contra ele. Há muitas advertências salutares na Escritura sobre os perigos da desobediência.

No entanto, o tema propulsor da mensagem bíblica, como será discutido em profundidade no Capítulo 5, é que Deus ama esses mesmos rebeldes que nada merecem de sua mão a não ser o juízo. Antes que o tempo começasse a correr, diz a Escritura, seu plano de salvação tomou forma. Ele se originou em sua graça, sua livre e imerecida misericórdia. Ele selou com Abraão uma aliança de graça, prometendo por meio de sua posteridade abençoar todas as famílias da Terra. O restante do Antigo Testamento dedica-se a narrar seu relacionamento gracioso com a posteridade de Abraão, o povo de Israel. A despeito de sua obstinada rejeição de sua palavra, como veio até eles por meio da lei e dos profetas, ele em nenhum momento os abandonou. *Eles quebraram a aliança, não ele.*

A vinda histórica de Jesus foi em cumprimento dessa aliança:

Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e redimiu o seu povo, e nos suscitou plena e poderosa salvação na casa de Davi, seu servo, como prometera, desde a antiguidade, por boca

dos seus santos profetas, para nos libertar dos nossos inimigos e das mãos de todos os que nos odeiam; para usar de misericórdia com os nossos pais e lembrar-se da sua santa aliança e do juramento que fez a Abraão, o nosso pai, de conceder-nos que, livres das mãos de inimigos, o adorássemos sem temor, em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias.

Lucas 1:68-75

É importante observar que a prometida “salvação dos nossos inimigos” é compreendida em termos de “santidade e justiça” e — mais adiante na mesma passagem — de “redimir [o povo] dos seus pecados, graças à entranhável misericórdia de nosso Deus”.

O Novo Testamento, portanto, concentra-se no trabalho dessa salvação, a caminho do “perdão” e da “santidade” por meio da morte e do sacrifício de Jesus e do dom do Espírito Santo. Os apóstolos enfatizam que o perdão é possível apenas pela morte de Cristo levando sobre si os pecados, e um novo nascimento que conduz a uma nova vida é possível apenas por intermédio do Espírito de Cristo. As epístolas, por sua vez, estão cheias de instruções éticas práticas. Conforme 2 Timóteo 3:16, a Escritura não é útil apenas “para o ensino, para a repreensão”, mas também “para a educação na justiça”. As epístolas também apresentam a Igreja de Cristo como a sociedade dos salvos, chamados a uma vida de serviço sacrificial e de testemunho no mundo.

Por fim, os autores do Novo Testamento insistem em que, embora o povo de Deus já tenha sido em certo sentido salvo, em outro sentido sua salvação encontra-se ainda no futuro. É-nos dada a promessa de que um dia nosso corpo será redimido. “Na esperança fomos salvos” (Rm 8:24). E nessa redenção final toda a criação estará de alguma forma envolvida. Se teremos um novo corpo, haverá também um novo céu e uma nova terra permeados apenas pela justiça. Nesse momento,

e apenas nele, sem nenhum pecado, quer em nossa natureza, quer em nossa sociedade, a salvação de Deus estará completa. A gloriosa liberdade dos filhos de Deus será a liberdade para servir. Deus será tudo em todos (Rm 8:12; 1Co 15:28).

Essa é a abrangente salvação apresentada na Escritura. Concebida na eternidade passada, alcançada num momento do tempo e historicamente concretizada na experiência humana, ela atingirá a consumação na eternidade do futuro. A Bíblia é única em sua afirmação de instruir-nos para “tão grande salvação” (Hb 2:3).

CRISTO NA LEI

A salvação para a qual a Bíblia nos instrui é acessível “através da fé em Cristo Jesus”. Portanto, visto que a Escritura diz respeito à salvação, e a salvação é por intermédio de Cristo, a Escritura está plena de Cristo.

O próprio Jesus compreendia a natureza e a função da Bíblia desta maneira. “As Escrituras”, ele disse, “testificam de mim” (Jo 5:39). Em outra ocasião, caminhando com dois de seus discípulos depois da ressurreição, de Jerusalém a Emaús, ele os repreendeu pela incredulidade e falta de sabedoria, em vista do desconhecimento da Escritura. Lucas nos conta a história:

E, começando por Moisés, discorrendo por todos os profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras.

Lucas 24:27

Pouco tempo depois, o Senhor ressuscitado disse a um grupo maior de seguidores:

São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco: importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos.

Lucas 24:44

A afirmação de Cristo era, então, não apenas que a Escritura dava testemunho dele numa forma genérica, mas que em cada uma das três divisões do Antigo Testamento — a Lei, os Profetas e os Salmos (ou “Escrituras”) — havia coisas a respeito dele, e que todas deviam cumprir-se.

A relação fundamental entre o Antigo e o Novo Testamento, de acordo com Cristo, é entre promessa e cumprimento. A primeira palavra pronunciada por Jesus em seu ministério público (no texto grego do Evangelho de Marcos) indica isso. A palavra é “cumprido”:

O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho.

Marcos 1:15

Jesus Cristo estava profundamente convencido de que os longos séculos de espera haviam terminado, e que ele mesmo havia introduzido os dias do cumprimento. Assim podia dizer aos apóstolos:

Bem-aventurados, porém, os vossos olhos, porque vêem; e os vossos ouvidos, porque ouvem. Pois em verdade vos digo que muitos profetas e justos desejaram ver o que vedes e não viram; e ouvir o que ouvís e não ouviram.

Mateus 13:16,17

À luz dessa alegação devemos em primeiro lugar observar as três divisões do Antigo Testamento, do Novo Testamento e tentar descobrir de que forma nosso Salvador Jesus Cristo é ele mesmo (em termos de promessa e cumprimento) o tema unificador da Escritura.

“Lei” era usado para referir-se ao Pentateuco, os primeiros cinco livros do Antigo Testamento. Podemos achar realmente Cristo neles? Sim, podemos.

Para começar, eles contêm algumas das promessas fundamentais da salvação por intermédio de Jesus Cristo que dão suporte a todo o restante da Bíblia. Deus prometeu, em primeiro lugar, que a semente de Eva feriria a cabeça da serpente; depois, que por meio da posteridade de Abraão abençoaria todas as famílias da terra; e, mais tarde, que “o centro não se arredará de Judá (...) até que venha (...); e a ele obedecerão os povos” (Gn 3:15; 12:3; 49:10). Assim, foi revelado — já no primeiro livro da Bíblia — que o Messias seria humano (descendente de Eva) e judeu (descendente de Abraão e da tribo de Judá) e que esmagaria Satanás, abençoaria o mundo e governaria como rei para sempre.

Outra importante profecia a respeito de Cristo na Lei apresenta-o como o Profeta perfeito. Moisés disse ao povo:

O SENHOR, teu Deus, te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim; a ele ouvirás (...) em sua boca porei as minhas palavras, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar.

Deuteronômio 18:15,18

Não era, porém, apenas por meio de profecias diretas que a Lei apontava para Cristo, mas também por figuras indiretas. Nela o Messias era tanto prenunciado quanto predito. Na verdade, a conduta de Deus com relação a Israel, ao escolhê-los, redimi-los, estabelecer uma aliança com eles, prover a remissão de seus pecados pelo sacrifício e levá-los a herdar a terra de Canaã, tudo isso apresentava em termos limitados e locais o que um dia seria acessível a todos os povos por intermédio de Cristo. Os cristãos hoje podem dizer: Deus nos escolheu em Cristo e fez de nós um povo de sua propriedade particular. Jesus derramou seu sangue como remissão por nossos pecados e para ratificar a nova aliança. Ele nos redimiu não do cativeiro egípcio, mas do cativeiro do pecado. É nosso grande sumo sacerdote que ofereceu a si mesmo na cruz, como sacrifício único e eterno pelos pecados, e todo o sacerdócio

e sacrifício são cumpridos juntamente nele. Além disso, por sua ressurreição, somos nascidos de novo para uma viva esperança, “para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível”, reservada nos céus para nós (1Pe 1:3,4). Essas grandiosas palavras cristãs, que descrevem diversos aspectos de nossa salvação por meio de Jesus Cristo — eleição, remissão, aliança, redenção, sacrifício, herança —, começaram todas a ser usadas no Antigo Testamento referindo-se à graça de Deus direcionada a Israel.

Existe ainda uma terceira maneira pela qual a Lei dá testemunho de Cristo. Ela é descrita pelo apóstolo Paulo na Epístola aos Gálatas:

Antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei e nela encerrados, para essa fé que, de futuro, haveria de revelar-se. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé.

Gálatas 3:23,24

A lei é descrita vividamente pelas palavras gregas utilizadas por Paulo, tais como as que representam o confinamento sob uma guarnição militar (“estávamos sob a tutela”) e um tutor encarregado de disciplinar menores (“serviu de aio”). Tudo isso porque a lei moral condenava o transgressor sem oferecer em si mesma nenhum remédio. Nesse sentido, ela apontava para Cristo. A própria condenação que ela implicava tornava Cristo necessário. Ela nos mantinha em cativeiro a fim de “nos conduzir a Cristo”, o único que poderia nos salvar. Somos condenados pela lei, mas justificados pela fé em Cristo.

CRISTO NOS PROFETAS

Ao nos voltarmos agora da Lei para os Profetas, devemos ter em mente que a divisão do Antigo Testamento conhecida como “os Profetas”

incluía os livros históricos (Josué, Juízes, Samuel e Reis) com o nome de “profetas anteriores”, porque se julgava que seus autores haviam escrito história profética ou sacra, bem como os “profetas posteriores”, que costumamos dividir em profetas maiores e menores.

Muitos leitores da Bíblia consideram a história de Israel extremamente tediosa e não conseguem imaginar como todos aqueles reis deprimentes podem ter alguma coisa a ver com Cristo. Quando recordamos, no entanto, que as primeiras palavras de Jesus sobre “o tempo está cumprido” foram imediatamente seguidas por “o reino de Deus está próximo”, encontramos na palavra “reino” a pista de que precisamos. Israel começou como uma teocracia, uma nação sob o governo direto de Deus. Até mesmo quando o povo rejeitou o governo de Deus exigindo um rei, como as outras nações, e Deus concedeu o que eles pediam, as pessoas sabiam que ele permanecia em última instância seu Rei, pois continuavam a ser seu povo, e seus reis reinavam, por assim dizer, como regentes dele.

O governo dos reis, tanto no reino do norte, Israel, quanto no reino do sul, Judá, deixou, no entanto, muito a desejar. A monarquia foi prejudicada externamente por guerras com outras nações e internamente pela injustiça e opressão. Ambos os reinos tinham também a instabilidade inerente a todas as instituições humanas, à medida que um rei após o outro subia ao trono, reinava e morria. Por vezes eles se viam ainda reduzidos a territórios minúsculos, como resultado da ocupação de exércitos invasores, até que por fim ambas as capitais foram ocupadas, e as duas nações sofreram humilhante exílio. Não é de admirar que Deus tenha usado a experiência daquelas pessoas com as limitações do governo humano a fim de esclarecer a compreensão delas a respeito da perfeição do reino messiânico futuro e reforçar o anseio delas por ele.

Deus já havia feito com o rei Davi uma aliança de que edificaria para ele uma casa e por meio de sua posteridade confirmaria seu trono para sempre (2Sm 7:8-17). Agora os profetas começaram a descrever o que incorporaria os ideais de realeza que os reis de Israel e Judá, e até mesmo o próprio Davi, haviam prenunciado de forma tão imperfeita. Em seu reino a opressão daria lugar à justiça, a guerra à paz. Não haveria além disso limite para sua extensão e duração, pois seu domínio se estenderia de um mar a outro, até os confins da Terra, e duraria para sempre. Essas quatro características do reino do Messias — paz, justiça, universalidade e eternidade — estão reunidas numa das mais famosas profecias de Isaías:

Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz; para que se aumente o seu governo, e venha paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabelecer e o firmar mediante o juízo e a justiça, desde agora e para sempre. O zelo do SENHOR dos Exércitos fará isto.

Isaías 9:6,7

Se, por um lado, os profetas predisseram a glória do Messias, profetizaram também seus sofrimentos. A mais conhecida dessas profecias, obviamente fundamental para a compreensão que o próprio Senhor fazia de seu ministério, é aquela que descreve o Servo sofredor em Isaías 53. Ele seria “desprezado e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores e que sabe o que é padecer” (v. 3). Acima de tudo, ele levaria os pecados de seu povo:

Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e

pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.

Isaías 53:5,6

CRISTO NAS “ESCRITURAS”

A terceira divisão do Antigo Testamento eram as “Escrituras”, algumas vezes chamadas de “Salmos”, porque o Saltério (nosso Livro de Salmos) era o principal livro dessa divisão. Diversos salmos são aplicados a Jesus no Novo Testamento, salmos que fazem referência a sua divindade, humanidade, sofrimentos e exaltação. Assim as palavras “Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei” foram usadas (pelo menos em parte) por Deus o Pai ao dirigir-se a seu Filho tanto no batismo quanto na transfiguração. A alusão do Salmo 8 de que o homem foi feito “por um pouco, menor do que Deus [ou os anjos]” e coroado “de glória e de honra”, é aplicada a Cristo pelo autor da Epístola aos Hebreus. O próprio Jesus citou o Salmo 22:1 na cruz: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?”, afirmando assim que havia experimentado e cumprido pessoalmente o terrível abandono da parte de Deus que o salmista havia expressado. Ele citou também a frase de Davi no Salmo 110:1: “Disse o SENHOR ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés”, e perguntou a seus críticos como Davi podia ser ao mesmo tempo Senhor de Davi e filho de Davi.

As “Escrituras” contêm ainda aquilo que é conhecido como a literatura de sabedoria do Antigo Testamento. Os “sábios” parecem ter se tornado um grupo distinto em Israel no período tardio da monarquia, ao lado dos profetas e sacerdotes. Eles sabiam que o princípio da sabedoria era temer a Deus e apartar-se do mal. Eles com freqüência louvavam a sabedoria em termos apaixonados, como mais preciosa do que ouro,

prata e jóias, e ocasionalmente chegavam a personificar a sabedoria como agente na criação de Deus.

Quando ele preparava os céus, aí estava eu; quando traçava o horizonte sobre a face do abismo; quando firmava as nuvens de cima; quando estabelecia as fontes do abismo; quando fixava ao mar o seu limite, para que as águas não traspassassem os seus limites; quando compunha os fundamentos da terra; então, eu estava com ele e era seu arquiteto, dia após dia, eu era as suas delícias, folgando perante ele em todo o tempo; regozijando-me no seu mundo habitável e achando as minhas delícias com os filhos dos homens.

Provérbios 8:27-31

Os cristãos não têm dificuldade em reconhecer que essa sabedoria de Deus é incorporada de forma única em Jesus Cristo, o “Verbo” pessoal que estava no princípio com Deus e por intermédio de quem todas as coisas foram feitas (v. Jo 1:1-3; Cl 2:3).

A expectativa de Cristo lançada pelo Antigo Testamento — na Lei, nos Profetas e nas Escrituras — é vista como extremamente diversificada. O próprio Jesus resumiu-a na abrangente pergunta: “Porventura, não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória?” (Lc 24:26). O apóstolo Pedro retomou a frase, admitindo que os profetas não haviam chegado a compreender por completo “qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo e sobre as glórias que os seguiriam” (1Pe 1:11). Essa dupla linha de profecia, porém, estava lá, apresentando-o como o sacerdote que ofereceria a si mesmo como sacrifício pelo pecado e como o rei cujo glorioso reino não conheceria fim.

Na verdade, outra maneira de resumir o testemunho do Antigo Testamento a respeito de Cristo é dizendo que ele o descreve como um

profeta maior que Moisés, um sacerdote maior que Arão e um rei maior que Davi. Quer dizer, alguém que revelará Deus ao homem de forma perfeita, reconciliará o homem com Deus e governará o homem em nome de Deus. Nele os ideais de profecia, sacerdócio e realeza do Antigo Testamento encontram seu cumprimento final.

CRISTO NO NOVO TESTAMENTO

Se a idéia de descobrir Cristo no Antigo Testamento parece à primeira vista estranha, não há a mesma dificuldade em encontrá-lo no Novo Testamento. Nos Evangelhos — cada um com seu ponto de vista particular, como veremos no Capítulo 4 — encontramos a história do nascimento, da vida, morte e ressurreição de Cristo, junto com uma amostra do que ele disse e fez.

Essas “memórias dos apóstolos”, como costumavam ser chamadas pela Igreja primitiva, passaram a ser chamadas com acerto de “Evangelhos”, pois cada evangelista conta sua história sob a forma de “evangelho” — boa nova — a respeito de Cristo e sua salvação. Eles não o apresentam como um biógrafo faria. Eles são essencialmente testemunhas, dirigindo a atenção dos leitores para aquele que eles criam ser o homem-Deus, nascido para salvar seu povo dos pecados, cujas palavras eram de vida eterna, cujas obras representavam de forma dramática a glória de seu reino, que morreu como resgate pelos pecadores e ressurgiu em triunfo para ser Senhor de todos.

Você poderia talvez pensar que os Atos dos Apóstolos, que contam a história dos primeiros dias do cristianismo, sejam mais sobre a Igreja do que sobre Cristo. Essa na verdade seria uma representação inadequada da sua natureza. Seu autor, Lucas, tinha uma ênfase diferente. Ao apresentar a obra para Teófilo (para quem está escrevendo), ele descreve seu primeiro livro (o Evangelho de Lucas) como contendo “todas as coisas que Jesus começou a fazer e ensinar”. A implicação é

que a história de Atos conta tudo o que Jesus continuou a fazer e ensinar por meio de seus apóstolos. Em Atos, portanto, podemos ouvir Cristo como se ele estivesse ainda falando aos homens, embora agora por intermédio dos grandes sermões dos apóstolos Pedro e Paulo registrados por Lucas. Vemos também os milagres que ele fez por meio deles, pois “muitos prodígios e sinais eram feitos por intermédio dos apóstolos” no nome e com o poder de Jesus Cristo (At 2:43). Assistimos a Cristo edificar sua própria Igreja ao acrescentar convertidos a ela:

Enquanto isso, acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos.

Atos 2:47

As epístolas estendem o testemunho do Novo Testamento a respeito de Cristo, deixando ainda mais clara a glória de sua pessoa humana-divina e obra salvífica e estabelecendo uma relação entre ele e a vida do cristão e da Igreja. Os apóstolos exaltam Cristo como aquele em quem “aprouve a Deus residisse toda a plenitude”, e por meio de quem nós mesmos temos “plenitude em Cristo” (Cl 1:19; 2:9,10). Em Cristo, eles dizem: Deus “nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual”, para que sejamos capazes de fazer todas as coisas por meio daquele que nos fortalece interiormente (Fp 4:13). O Cristo que os apóstolos apresentam é plenamente suficiente, capaz de salvar no mais amplo sentido e para todos os tempos “os que por ele se chegam a Deus” (Hb 7:25).

A exposição bíblica de Cristo chega ao clímax no Apocalipse de João. Ele é apresentado nas eloqüentes representações visuais que caracterizam o livro. Primeiro ele aparece como um homem glorificado “entre os castiçais” — que representam as igrejas, as quais o Cristo ressurreto ocupa-se em patrulhar e supervisionar, de forma a ser capaz de dizer a cada uma: “Conheço as tuas obras” (Ap 2:3). A cena transfe-

re-se então da terra para o céu, e Jesus Cristo aparece como “um Cordeiro, como tendo sido morto”. Diz-se da incontável multidão internacional dos remidos que eles “lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro”, pelo que João quer dizer que devem sua justiça apenas ao Cristo crucificado (Ap 5:6; 7:14). Em seguida, perto da conclusão do livro, Cristo é visto como um majestoso cavaleiro num cavalo branco, saindo para julgar com seu nome escrito sobre si mesmo: “REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES” (Ap 19:11-16). Por fim, somos apresentados a ele como o Noivo Celestial, pois, ouvimos, “são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou”. Sua noiva é a Igreja glorificada, que é vista em seguida “[descendo] do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo” (Ap 19:7-9; 21:2). Praticamente as últimas palavras do Apocalipse são: “O Espírito e a noiva dizem: Vem! Aquele que ouve diga: Vem! (...) Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22:17,20).

Há enorme diversidade de conteúdo, estilo e propósito entre os livros da Bíblia, e em alguns deles o testemunho sobre Jesus é indireto, até mesmo oblíquo. Mas essa breve visão geral do Antigo e do Novo Testamentos deve ser suficiente para demonstrar que “o testemunho de Jesus é o espírito da profecia” (Ap 19:10). Se quisermos conhecer Cristo e sua salvação, é para a Bíblia que devemos nos voltar — pois a Bíblia é o retrato que o próprio Deus faz de Jesus Cristo. Não podemos jamais chegar a conhecê-lo de outra forma. Conforme disse Jerônimo no século IV: “Ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo”.

Da mesma forma que numa caça ao tesouro infantil, em que a pessoa às vezes tem bastante sorte e logo depara com o tesouro, mas com maior frequência tem de seguir laboriosamente uma pista atrás da outra, até que por fim encontre o tesouro, assim acontece com a leitura da Bíblia. Alguns versículos apontam diretamente para Cristo. Outros são

pistas remotas. Uma exaustiva perseguição dessas pistas vai, no entanto, conduzir inevitavelmente o leitor àquele tesouro inestimável.

PELA FÉ

As Escrituras “podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus”, escreveu Paulo (2Tm 3:15). Visto que seu propósito (ou o propósito do autor divino, que falou e fala por meio delas) é levar-nos à salvação e que a salvação está em Cristo, elas apontam para Cristo, como vimos. Mas seu objetivo ao apontar para Cristo não é simplesmente para que possamos conhecê-lo ou compreendê-lo, nem mesmo para que passemos a admirá-lo, mas para que coloquemos nossa confiança nele. As Escrituras testemunham Cristo não para satisfazer nossa curiosidade, mas para extrair de nós uma resposta de fé.

Há muito equívoco na compreensão a respeito da fé. É comum supor-se que ela seja um salto no escuro, completamente incompatível com a razão. Não é assim. A verdadeira fé nunca é irrazoável, porque seu objeto é sempre digno de confiança. Quando nós, seres humanos, confiamos uns nos outros, a racionalidade de nossa confiança depende da confiabilidade relativa das pessoas em questão. A Bíblia, no entanto, testemunha Cristo como inteiramente digno de confiança. Ela nos conta quem ele é e o que ele fez, e a evidência que ela provê em favor de sua pessoa e obra únicas é convincente ao extremo. À medida que nos expomos ao testemunho bíblico a respeito desse Cristo, e à medida que sentimos seu impacto — profundo e ainda assim simples, diversificado mas ainda assim unânime —, Deus cria a fé dentro de nós. Recebemos o testemunho. cremos.

Era isso o que Paulo tinha em mente quando escreveu:

E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo.

Romanos 10:17

Vimos que o propósito de Deus na Bíblia e por meio dela é rigorosamente prático. Ele a estabeleceu como seu instrumento principal a fim de trazer as pessoas para a “salvação”, entendida em seu mais amplo e completo sentido. A Bíblia inteira é um evangelho de salvação, e o evangelho é “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1:16). Ela então aponta seus muitos dedos inequivocadamente para Cristo, de modo que seus leitores o vejam, creiam nele e sejam salvos.

O apóstolo João escreve algo bem parecido no final de seu Evangelho. Ele havia registrado apenas uma seleção dos sinais de Jesus, diz ele, pois Jesus havia realizado muitos outros. Ele prossegue:

Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome.

João 20:31

João vê o propósito último da Escritura (“o que foi registrado”) da mesma forma que Paulo vê. João o chama de “vida”, Paulo, de “salvação”, mas as palavras são quase sinônimas. Os dois apóstolos concordam ainda que esta vida ou salvação está em Cristo, e que para recebê-la devemos crer nele. Ambos apresentam exatamente a mesma seqüência de passos: Escritura — Cristo — fé — salvação. A Escritura testifica de Cristo, a fim de evocar a fé em Cristo, de modo a produzir vida naquele que crê.

A conclusão é simples. Sempre que lemos a Bíblia devemos procurar por Cristo. E devemos continuar procurando até que o vejamos e creiamos. Apenas à medida que continuarmos a nos apropriar pela fé das riquezas de Cristo que nos são reveladas na Escritura poderemos crescer rumo à maturidade espiritual e nos tornarmos homens e mulheres de Deus “perfeitamente habilitados para toda boa obra” (2Tm 3:17).